

Prova de vida para aposentados e pensionistas do poder executivo federal está suspensa até 30 de junho

Governo federal adia novamente a exigência da prova de vida para aposentados, pensionistas e anistiados da Administração Pública Federal, segurados do Regime Próprio de Previdência Social

A suspensão da prova de vida anual de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Poder Executivo Federal foi prorrogada. O prazo da suspensão do recadastramento dos beneficiários – que terminaria no próximo dia 31 de maio – foi estendido até 30 de junho de 2021, por meio da Instrução Normativa nº 53, de 20 de maio de 2021, publicada nesta segunda-feira (24/5) no Diário Oficial da União.

Para realizar a prova de vida, os aposentados e pensionistas precisam comparecer presencialmente a uma agência bancária do banco pelo qual recebem seus proventos ou benefícios. A suspensão da exigência da comprovação é uma medida de proteção contra o novo coronavírus, adotada pelo governo federal para reduzir a possibilidade de disseminação da Covid-19 entre os beneficiários que, em sua maioria, são idosos e considerados mais vulneráveis ao contágio e agravamento da doença.

A medida, no entanto, não afeta o recebimento de proventos e pensões dos beneficiários que fizeram aniversário a partir de janeiro de 2020 e ainda não realizaram a prova de vida anual.

As novas regras estabelecidas pela IN não se aplicam aos aposentados, pensionistas e anistiados políticos que já estavam com o benefício suspenso até o dia 31 de dezembro de 2019. Po-

rém, até o prazo final da suspensão (30 de junho de 2021), esses beneficiários poderão solicitar o restabelecimento excepcional dos pagamentos de proventos e pensões suspensas, por meio do módulo de Requerimento do Sigepe, tipo de Documento "Restabelecimento de Pagamento - COVID19".

Se acatada a solicitação, o beneficiário será comunicado por e-mail e o restabelecimento excepcional obedecerá ao cronograma mensal da folha de pagamento, sendo pago enquanto durar o prazo de suspensão da prova de vida.

A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia estabelecerá, posteriormente, o prazo e a forma para realização da comprovação de vida daqueles que não realizaram a prova de vida por conta da suspensão da sua exigência, assim como dos que tiveram o pagamento excepcionalmente restabelecido por solicitação via Requerimento do Sigepe.

Retorno da exigência e prova de vida digital

A prova de vida para os servidores públicos federais aposentados e para os pensionistas e anistiados do Poder Executivo Federal deverá voltar a ser exigida a partir do dia 1º de julho de

2021.

Uma alternativa ao comparecimento presencial à agência bancária é a prova de vida digital, que pode ser efetuada sem que o beneficiário tenha que sair de casa, pelo aplicativo SouGov.br, recém-lançado canal de atendimento digital do governo federal exclusivo para servidores públicos federais.

Para realizar a prova de vida digital, porém, o beneficiário precisa ter a biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). A comprovação digital é feita por meio da validação facial, no aplicativo Meu Gov.br. Após a comprovação, o servidor aposentado, pensionista ou anistiado acompanha a situação pelo SouGov.br, onde pode obter o comprovante e receber notificações para lembrar do prazo para a realização da prova de vida.

INSS

Aos cidadãos em geral, segurados do Regime Geral de Previdência Social, centralizados no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a prova de vida volta a ser exigida a partir do dia 1º de junho.

Fonte: Ministério da Economia - Portal do Servidor





Gasolina sobe 40%, carne quase 36%. Prévia da inflação tem maior taxa em cinco anos

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) variou 0,44% no mês, abaixo de abril, mas a maior taxa para maio de 2016. Agora, soma 3,27% no ano. Em 12 meses, vai a 7,27%, também o maior índice em quase cinco anos. Alguns itens destacam, como gasolina, com aumento acumulado em 41,55%, e carne, que soma 35,68%.

Dos nove grupos que compõem o indicador, oito tiveram alta em maio, informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou os resultados nesta terça-feira (25). Segundo o instituto, o maior impacto (0,16 ponto percentual) veio de Saúde e Cuidados Pessoais (alta de 1,23%), com aumento nos remédios. Grupos de maior peso na composição do índice, Habitação (0,79%) e Alimentação e Bebidas (0,48%) responderam por mais 0,22 ponto.

Pandemia e remédios

No grupo da saúde, os produtos farmacêuticos tiveram alta média de 2,98%, depois de

reajuste de 10,08% nos medicamentos a partir de 1º de abril. O IBGE cita alguns itens, parte certamente relacionada à pandemia: antialérgicos e broncodilatadores (5,16%), dermatológicos (4,63%), anti-infecciosos e antibióticos (4,4%) e hormonais (4,22%).

Em Habitação, a energia elétrica subiu 2,31% e representou o maior impacto individual de maio (0,10 ponto). Além da bandeira tarifária vermelha, houve reajustes em Fortaleza, Recife e Salvador. Também nesse grupo, o gás de botijão aumentou 1,45%, na 12ª alta seguida (reajuste em Curitiba e no Rio de Janeiro) e a taxa de esgoto, 0,29%, com alta em São Paulo.

Carne e tomate mais caros

Já o grupo de produtos alimentícios e bebidas subiu principalmente por causa do item alimentação no domicílio, que foi de 0,19%, em abril, para 0,50%. As carnes tiveram aumento de 1,77%, em média. O tomate subiu 7,24%, enquanto o preço das frutas caiu 6,45%. Fora do domicílio (0,43%), lanche (0,72%) e refeição (0,16%) subiram menos que no mês anteri-

or.

Apesar da gasolina, que subiu 0,29%, o grupo Transportes teve deflação em maio (-0,23%), sob impacto da queda nos preços das passagens aéreas (28,85%). Também caíram os preços de transportes por aplicativo (-9,11%) e seguro de veículo (-3,18%). Entre os aumentos, automóveis novos (1,16%), conserto de automóvel (1,05%), metrô (0,46%) e ônibus urbano (0,25%).

A maior alta entre os grupos foi de Vestuário (1,42%), com impacto de 0,06 ponto no resultado geral. Joias e bijuterias aumentaram 2,35% e roupas femininas, 2%.

Nas áreas pesquisadas, Brasília teve variação negativa (-0,18%). Nas demais, o maior índice de maio foi apurado em Fortaleza (1,08%). O acumulado em 12 meses varia de 6,36% (região metropolitana do Rio) a 8,99% (Grande Fortaleza). Em São Paulo, o índice soma 6,43%.

O IPCA e o INPC deste mês serão divulgados em 9 de junho.

Fonte: CUT